

PROMÉDICA - PROTEÇÃO MÉDICA A EMPRESAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Promédica - Proteção Médica a Empresas foi constituída em 4 de fevereiro de 1969 como sociedade civil, por cotas de responsabilidade limitada. Em 21 de setembro de 2007, através de Assembleia Geral Extraordinária, a Proteção Médica a Empresas transformou-se em sociedade anônima com a denominação de Promédica – Proteção Médica a Empresas S.A.

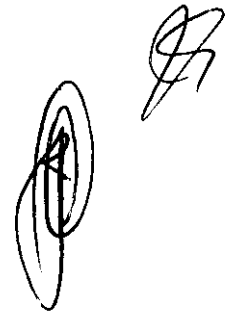
Constitui objeto da Companhia a operação de planos privados de assistência à saúde, através de meios de execução próprios ou credenciados, e a prestação de serviços hospitalares, médicos, fisioterápicos e laboratoriais, podendo, ainda, participar de outras sociedades e empresas, subscrevendo ações ou cotas.

É uma companhia de medicina de grupo, operadora de plano de saúde enquadrada no segmento primário principal, que atua segundo a regulamentação estabelecida pela lei nº 9.656/98 e legislação complementar.

Atualmente a Promédica opera preponderantemente com clientes pessoas jurídicas, através de planos de saúde empresariais, onde os contratos têm prazo determinado e podem ser rescindidos a qualquer momento por qualquer uma das partes, ou ainda por inadimplência, quando esta for superior a um prazo determinado contratualmente. Todavia, por conta do Plano Individual Blue Card, ainda possui cerca de 469 clientes pessoas físicas, cujos contratos são antigos e com prazo indeterminado.

A Sociedade é filiada à ABRAMGE – Associação Brasileira de Medicina de Grupo e dessa forma possibilita a seus beneficiários o atendimento em todo o território nacional para os casos de urgência e emergência.

A Promédica - Proteção Médica a Empresas S/A, vem adotando medidas para ampliar a sua estrutura de serviços próprios e, numa visão de longo prazo, investindo em programas de prevenção de doenças e promoção de saúde, devidamente aprovados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Como resultado desses investimentos espera-se a redução dos índices de sinistralidade a curto, médio e longo prazos.

Handwritten signature and a circular stamp, likely representing the company's official seal or a specific department's mark.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, nas normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS.

2.2. - Descrição das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia

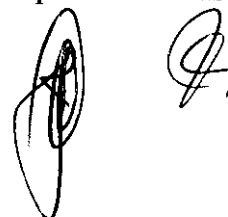
a) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Por conseguinte, os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Determinadas mensurações necessitam do julgamento da Administração no processo de registro de estimativas contábeis. Entre os ativos e passivos significativos que estão sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as contas a receber, os tributos a recuperar, o valor recuperável do ativo imobilizado, provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis e provisões técnicas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

b) Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização. Apuração do resultado: **1) Receita:** O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, pró-rata-dia, nos contratos com preços pré-estabelecidos. **2) Custo:** Os eventos conhecidos ou avisados são apropriados à despesa, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores ou do aviso de beneficiários Identificados - ABI, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário.



Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da entidade, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica específica (PEONA), nos moldes da regulação em vigor.

c) Disponível

Incluem saldos de caixa e saldos positivos em conta bancária de livre movimento.

d) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras para negociação são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado. A Companhia constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras vinculadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

e) Contraprestações pecuniárias a receber

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à: Contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde conforme a proporção pro rata dia da cobertura prestada. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais. A administração da Companhia revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira. Os valores eventualmente recebidos antes do período de cobertura estão registrados no passivo circulante, em conta específica de Receita Antecipada de Contraprestações.

A companhia não efetua o registro contábil na conta provisão para contraprestações não ganhas – PPCNG, pois todos os seus contratos têm o seu período de cobertura dentro de cada mês.

f) Créditos tributários e previdenciários

Decorrente de crédito de permuta comercial com contratante de plano de saúde, valores a receber de prestadores de serviço decorrentes de pagamentos indevidos e decorrentes de cobrança de adicional de sinistralidade.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e os outros investimentos pelo custo de aquisição.

i) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos bens, de acordo com as seguintes taxas:

	<u>Taxa Anual</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%

j) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Intangíveis gerados internamente são reconhecidos no resultado do período

k) Provisões técnicas

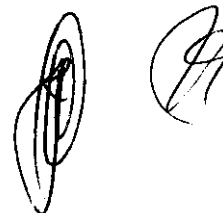
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA

A provisão para eventos ocorridos e não avisados é calculada com base em metodologia atuarial própria, aprovada pela ANS.

Constituída para fazer face ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela OPS.

Provisão de eventos a liquidar - PESL

Constituído a partir do faturamento dos serviços prestados pela rede credenciada, em respeito ao regime de competência, reduzida de glosas, para as quais os índices de recuperação pela rede credenciada são irrelevantes.



Provisão para remissão

A Provisão para remissão é constituída integralmente, por metodologia atuarial estabelecida pela RN ANS nº 393/2015, no mês de competência do fato gerador do benefício previsto contratualmente, devendo ser suficiente para refletir a despesa assistencial esperada dos beneficiários durante todo o prazo restante do benefício.

Provisão para prêmios / contraprestações não ganhas

O cálculo da PPCNG apura a parcela de prêmios/contraprestações não ganhas, relativa ao período de cobertura mensal do risco, sendo formada pelo valor resultante da fórmula abaixo, nos contratos em pré-pagamento, por meio de cálculos individuais dos contratos vigentes na data base de sua constituição:

$$\text{PPCNG} = \text{Prêmio/contraprestação mensal} \times \frac{\text{período de risco a decorrer}}{\text{Período total de cobertura do risco}}$$

l) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – *impairment*

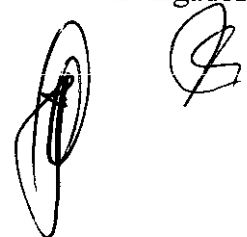
É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment* quando aplicável são reconhecidas no resultado do exercício.

A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram identificados ativos registrados com indicação de perda por *impairment*.

m) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados



3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aplicações vinculadas às provisões técnicas			
Banco Santander S.A. (Fundo de investimento)	100% CDI	5.957.579	5.673.817
Banco Bradesco S.A.	100% do CDI 0,35% a.a.	2.156.319	2.052.316
Banco Safra S.A.	100% do CDI 0,35% a.a.	946.158	915.653
Banco Daycoval S.A. (CDB)		5.341.392	-
Banco Santander S.A.		1.507.414	-
		15.908.862	8.641.786
Aplicações não vinculadas			
Banco Daycoval S.A. (CDB)	100% do CDI	-	5.068.842
Banco Santander S.A.	100% do CDI	-	4.445.303
Banco Bradesco S/A	100% do CDI 0,35% a.a.	129.296	95.209
Outras		293.312	64.808
		422.608	9.674.162
		16.331.470	18.315.948

4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Créditos com operações com plano de assistência à saúde		
Planos coletivos	17.106.246	19.299.312
Planos individuais – Blue Card	78.526	74.421
Provisão para devedores duvidosos	(1.677.318)	(1.565.710)
	15.507.454	17.808.023

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES ASSISTENCIAIS À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber de outros serviços		
Serviços medicina ocupacional – CSP/SME/PCMSO	1.796.642	1.222.932
Serviços médicos	187.985	615.347
Serviços de terceirização de mão de obra	317.373	317.373
Serviços laboratório – Datalab	39.979	36.649
Cartões de crédito	70.779	59.627
Clientes TRT	(14)	(14)
Provisão para devedores duvidosos	(6.404)	(3.278)
	2.406.340	2.248.636

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

O valor dos tributos a recuperar está composto da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		
Imposto de renda	2.320.535	3.452.085
Contribuição social	562.070	1.097.244
PIS e COFINS	93.572	91.189
ISS	6.826.351	1.526.660
INSS	1.150.345	-
	<u>10.952.873</u>	<u>6.167.178</u>
Não circulante – Realizável a longo prazo		
PIS	1.550.289	1.550.289
	<u>1.550.289</u>	<u>1.550.289</u>

Imposto de renda e contribuição social

Referem-se, basicamente, às retenções nas notas fiscais emitidas para os clientes – Órgãos Públicos e Privados e sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

PIS e COFINS a recuperar (Circulante)

Referem-se, basicamente, às retenções nas notas fiscais emitidas para os clientes – Órgãos públicos e privados.

ISS a recuperar

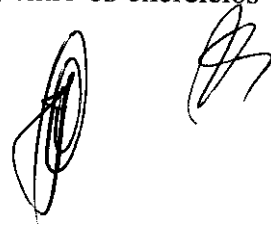
Referem-se às retenções ‘a maior’ nas notas fiscais emitidas para os clientes – Órgãos Públicos e privados e aquisição de créditos de ISS de terceiros.

INSS a recuperar

A Companhia entrou com mandado de segurança objetivando a suspensão da exigibilidade de crédito tributário referente à contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos aos seus empregados relativos aos primeiros quinze dias de afastamento anteriores ao auxílio-doença ou auxílio-acidente, a título de salário-maternidade, férias e respectivo adicional (terço constitucional).

PIS a recuperar (Não circulante)

O valor referente ao PIS a recuperar é decorrente do êxito obtido em processo judicial transitado em julgado referente à cobrança indevida desse tributo, entre os exercícios de 1989 e 1995.



7. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Referem-se a depósitos para assegurar discussões judiciais de tributos e contribuições sociais, bem como de reclamações trabalhistas e cíveis, como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Tributárias	572.080	572.080
Ações trabalhistas	1.294.990	1.185.833
Cível e defesa do consumidor	4.693.577	4.540.029
	<u>6.560.647</u>	<u>6.297.942</u>

8. INVESTIMENTOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Participações societárias em controladas	32.379.186	31.279.112
Outros investimentos	6.147	6.147
	<u>32.385.333</u>	<u>31.285.259</u>

As participações societárias em controladas encontram-se demonstradas da seguinte forma:

<u>Investida</u>	<u>% participação</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bahia Serviços Saúde S.A. – HC	44,95%	3.006.469	3.069.923
Promédica Patrimonial S.A. – Propat	90,40%	29.372.717	28.209.189
		<u>32.379.186</u>	<u>31.279.112</u>

9. IMOBILIZADO

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Móveis e utensílios	3.461.419	(3.148.332)	313.087	386.016
Equipamentos	3.151.137	(2.304.026)	847.111	917.626
Instalações	317.173	(311.041)	6.132	9.440
Equipamentos de informática	2.692.334	(2.169.543)	522.791	622.804
Veículos	94.021	(94.021)	-	-
Outras imobilizações	67.300	-	67.300	194.115
Edificações	13.560.000	(1.519.600)	12.040.400	12.286.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.685.745	(3.406.451)	279.294	495.938
	<u>27.029.129</u>	<u>(12.953.014)</u>	<u>14.076.115</u>	<u>14.911.939</u>

Movimentação do custo do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>
Móveis e utensílios	3.398.357	64.442	(1.380)	-	3.461.419
Equipamentos	3.061.332	89.805	-	-	3.151.137
Instalações	317.173	-	-	-	317.173
Equipamentos de informática	2.604.314	88.020	-	-	2.692.334
Veículos	94.021	-	-	-	94.021
Outras imobilizações	194.115	36.233	(163.048)	-	67.300
Edificações	13.560.000	-	-	-	13.560.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.684.335	1.410	-	-	3.685.745
	<u>26.913.647</u>	<u>279.910</u>	<u>164.428</u>	<u>-</u>	<u>27.029.129</u>

Movimentação da depreciação acumulada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>
Móveis e utensílios	(3.012.341)	(137.244)	1.253	-	(3.148.332)
Equipamentos	(2.143.706)	(160.320)	-	-	(2.304.026)
Instalações	(307.733)	(3.308)	-	-	(311.041)
Equipamentos de informática	(1.981.510)	(188.033)	-	-	(2.169.543)
Veículos	(94.021)	-	-	-	(94.021)
Edificações	(1.274.000)	(245.600)	-	-	(1.519.600)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.188.397)	(218.054)	-	-	(3.406.451)
	<u>(12.001.708)</u>	<u>(952.559)</u>	<u>1.253</u>	<u>-</u>	<u>(12.953.014)</u>

Movimentação do custo do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>
Móveis e utensílios	3.363.103	35.254	-	-	3.398.357
Equipamentos	2.935.660	125.672	-	-	3.061.332
Instalações	317.173	-	-	-	317.173
Equipamentos de informática	2.182.079	423.935	(1.700)	-	2.604.314
Veículos	94.021	-	-	-	94.021
Outras imobilizações	139.766	54.349	-	-	194.115
Edificações	13.560.000	-	-	-	13.560.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.684.335	-	-	-	3.684.335
	<u>26.276.137</u>	<u>639.210</u>	<u>(1.700)</u>	<u>-</u>	<u>26.913.647</u>

Movimentação da depreciação acumulada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>
Móveis e utensílios	(2.846.896)	(165.444)	-	-	(3.012.341)
Equipamentos	(1.979.694)	(164.011)	-	-	(2.143.706)
Instalações	(304.425)	(3.308)	-	-	(307.733)
Equipamentos de informática	(1.885.710)	(97.500)	1.700	-	(1.981.510)
Veículos	(91.295)	(2.726)	-	-	(94.021)
Edificações	(1.098.000)	(176.000)	-	-	(1.274.000)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(2.880.283)	(308.116)	-	-	(3.188.397)
	<u>(11.086.303)</u>	<u>(917.105)</u>	<u>1.700</u>	<u>-</u>	<u>12.001.708</u>

A depreciação contabilizada no exercício montou a R\$ 952.559 (em 2017, R\$ 917.105) sendo apropriada às despesas operacionais.

Valor recuperável do ativo imobilizado

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos as empresas devem efetuar análises periódicas para verificar o grau de recuperação dos ativos não financeiros. A Administração da Companhia entende que não há necessidade de constituição de provisão com perdas do valor recuperável "impairment" dos bens integrantes do ativo imobilizado.

10. INTANGÍVEL

	2018			2017
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Marcas e patentes	90.066	-	90.066	75.698
Softwares	1.718.502	(1.351.114)	367.388	217.301
Outros	225	-	225	225
Total do intangível	<u>1.808.793</u>	<u>(1.351.114)</u>	<u>457.679</u>	<u>293.224</u>

Movimentação do intangível durante os exercícios de 2018 e 2017:

<u>Contas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>
Custo					
Marcas e patentes	73.691	2.007	75.698	14.368	90.066
Software	1.458.246	22.163	1.480.409	238.093	1.718.502
Outros	225	-	225	-	225
Total	<u>1.532.162</u>	<u>24.170</u>	<u>1.556.332</u>	<u>252.461</u>	<u>1.808.793</u>
Amortização					
Software	(1.182.041)	(81.067)	(1.263.108)	(88.006)	(1.351.114)
Total	<u>(1.182.041)</u>	<u>(81.067)</u>	<u>(1.263.108)</u>	<u>(88.006)</u>	<u>(1.351.114)</u>
Total geral	<u>350.121</u>	<u>(56.897)</u>	<u>293.224</u>	<u>164.455</u>	<u>457.679</u>

Em atendimento à Deliberação CVM nº 553 e o CPC 04 – Ativo Intangível, os gastos com o desenvolvimento ou aquisição de softwares e marcas e patentes, foram transferidos do ativo imobilizado para o ativo intangível.

A amortização do exercício montou a R\$ 88.006 (em 2017, R\$ 81.067), sendo apropriadas às despesas operacionais.

11. PROVISÕES TÉCNICAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão de eventos – SUS (1) ...	7.317.501	6.585.041
Provisão de eventos a liquidar (2) ...	2.775.004	5.389.829
Prestadores rede contratada	2.775.004	5.389.829
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (3) ...	7.976.055	7.043.374
Provisão para remissão (4)...	418.704	300.974
Provisão para contraprestações não ganhas (5) ...	214.459	-
Total	<u>18.701.723</u>	<u>19.319.218</u>
Circulante	<u>15.654.874</u>	<u>16.460.104</u>
Não circulante	<u>3.046.849</u>	<u>2.859.114</u>

(1) Eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas ao SUS;

(2) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à entidade;

(3) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em método definido pela RN 209/09, e alterações, a qual está registrada integralmente;

(4) Constituída em virtude de a operadora conceder o benefício da remissão aos seus beneficiários, conforme definido pela RN 393/2015.

(5) Provisão constituída para fazer frente à cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, e revertida mensalmente com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

O valor da Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados – PEONA, constituída em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 7.976.055 (em 2017, R\$ 7.043.374).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

<u>Instituição</u>	<u>Taxa média de juros e atualizações</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conta garantida – Banco Safra	-	-	7
Conta garantida – Caixa Econômica Federal	-	198	-
Capital de giro – Banco do Brasil	-	22.297	154.446
Capital de giro – Banco Mercantil	100% do CDI + 1,00% a.m.	1.786.242	2.746.029
Capital de giro – Banco Bradesco	100% do CDI + 0,7921% a.m.	791.806	1.069.737
Capital de giro – Banco Santander	100% do CDI + 0,57% a.m.	862.345	4.141.232
Total		3.462.888	8.111.451
Circulante		3.462.888	3.746.092
Não circulante		-	4.365.359

13. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Encargos sociais e trabalhistas			
INSS		1.773.474	638.606
INSS retido de terceiros		368.760	372.990
PRT - Programa de regularização tributária (Previdenciário)	(a)	232.738	287.010
FGTS		165.041	184.301
INSS – parcelamento	(b)	69.072	63.758
REFIS da Copa	(c)	61.757	57.006
Outros		8.267	15.322
		2.679.109	1.618.993
Tributos a recolher			
ISS retido de terceiros – Salvador		3.300.453	2.457.497
ISS - Outros		1.245.583	718.046
PRT - Programa de regularização tributária	(a)	332.084	389.208
PIS/COFINS/CSLL retido		514.303	449.933
COFINS		332.673	235.554
IRRF sobre terceiros		207.858	173.199
IRRF sobre salários		193.926	125.613
REFIS da Copa	(c)	177.141	163.519
IRPJ		106.973	106.973
PIS		121.100	99.950
CSLL		65.202	64.891
		6.597.296	4.984.383
Total circulante		9.276.405	6.603.376
Encargos sociais e trabalhistas			
PRT - Programa de regularização tributária (Previdenciário)	(a)	735.480	1.913.398
Refis da Copa	(c)	565.308	622.314
INSS – parcelamento	(b)	111.578	175.337
		1.412.366	2.711.049
Tributos a recolher			
ISS – Retido Salvador		8.351.199	8.350.000
PRT - Programa de regularização tributária	(a)	1.103.197	2.598.545
REFIS da Copa	(c)	1.621.031	1.784.497
PIS		260.000	260.000
		11.335.427	12.993.042
Total não circulante		12.747.793	15.704.091

a) PRT – Programa de regularização tributária

No exercício de 2017, a companhia protocolou, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, termo de opção pelo Programa de regularização tributária – PRT, instituído pela Medida Provisória nº 766/2017.

O PRT é o benefício previsto no artigo 3º da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, e regulado pela Portaria PGFN nº 152, de 02 de fevereiro de 2017, que tem por objeto a quitação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2016.

Trata-se de forma de parcelamento para fins de regularização de débitos junto à PGFN.

Os contribuintes podem efetuar pagamento da dívida consolidada em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, calculadas observando-se os percentuais mínimos previstos na MP 766/2017.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor consolidado era composto da seguinte forma:

Processos	Quantidade de parcelas a pagar	Valor – R\$ Curto prazo	Valor – R\$ Longo prazo
PRT - Débitos Previdenciários	104	232.738	735.480
PRT - Demais Débitos RFB	104	332.084	1.103.197
Total		564.822	1.838.677

b) Encargos sociais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor era composto da seguinte forma:

Processos	Quantidade de parcelas a pagar	Valor – R\$ Curto prazo	Valor – R\$ Longo prazo	Valor – R\$ Total
617945462	34	69.072	111.578	180.650

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor era composto da seguinte forma:

Processos	Quantidade de parcelas	Valor – R\$ Curto prazo	Valor – R\$ Longo prazo	Valor – R\$ Total
617945462	57	63.758	175.337	239.095

c) REFIS da Copa

No exercício de 2014, a Companhia protocolou, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, termo de opção pelo Parcelamento Refis da Copa, instituído pela Lei nº 12.996/2014.



O Refis da Copa destina-se a promover a regularização de créditos com a União, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em razão de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013, inclusive aqueles decorrentes de saldos remanescentes dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Parcelamento Especial – PAES, no Parcelamento Excepcional – PAEX , no REFIS da Crise – Lei 11.941/2009 ou nos parcelamentos ordinários.

Até o dia 1º de dezembro de 2014, os contribuintes poderiam pagar ou parcelar em até 180 meses seus débitos tributários, conforme estabelecido na Lei, com os descontos e prazos especiais previstos no art. 1º da Lei 11.941/2009.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor era composto da seguinte forma:

Processos	Quantidade de parcelas	Valor – R\$ Curto prazo	Valor – R\$ Longo prazo	Valor – R\$ Total
DARF 4750	132	177.141	1.621.031	1.798.172
DARF 4720	132	61.757	565.308	627.065
Total		238.898	2.186.339	2.425.237

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor era composto da seguinte forma:

Processos	Quantidade de parcelas	Valor – R\$ Curto prazo	Valor – R\$ Longo prazo	Valor – R\$ Total
DARF 4750	143	163.519	1.784.497	1.948.016
DARF 4720	143	57.006	622.314	679.320
Total		220.525	2.406.811	2.627.336

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia vem discutindo judicialmente algumas reclamações trabalhistas sendo provisionado o montante de R\$ 311.187 em 31 de dezembro de 2018 e 2017 tomando como base a expectativa da Administração, que não espera perdas superiores aos valores provisionados, quando do encerramento desses processos. Segundo a assessoria Jurídica existem como contingências passivas consideradas como possíveis o valor de R\$545.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais)

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2018 é composto de 38.348.022 ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor – R\$</u>
Proinvest Empreendimentos e Participações Ltda.	35.111.723	35.111.723
Espólio de Jorge Valente Filho	3.197.290	3.197.290
Outros	39.009	39.009
Total	38.348.022	38.348.022

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2017 é composto de 33.172.734 ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor – R\$</u>
Proinvest Empreendimentos e Participações Ltda.	29.936.435	29.936.435
Espólio de Jorge Valente Filho	3.197.290	3.197.290
Outros	39.009	39.009
Total	33.172.734	33.172.734

b) Reserva de reavaliação

No exercício de 2004 a Controlada Promédica Patrimonial S/A – Propat, contratou uma empresa especializada para efetuar uma avaliação patrimonial dos bens integrantes do seu ativo imobilizado. A Companhia registrou neste mesmo exercício a reavaliação reflexa no montante de R\$ 1.250.448.

Consoante facultado pela Lei 11.638/07, a Companhia decidiu manter os saldos existentes na conta de reserva de reavaliação, até a sua efetiva realização.

Até 31 de dezembro de 2018, havia sido realizado o montante de R\$ 783.057 (até 2017, R\$ 746.015). A realização do exercício de 2018 foi de R\$ 37.042 (em 2017, R\$ 37.046).

16. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cobertura assistencial com preços pré-estabelecidos – Carteira de planos individuais / familiares antes da Lei nº 9.656/1998	4.449.351	4.260.759
Cobertura assistencial com preços pré-estabelecidos – Carteira de planos coletivos empresariais antes da Lei nº 9.656/1998	4.539.871	5.095.724
Cobertura assistencial com preços pré-estabelecidos – Carteira de planos coletivos empresariais após a Lei nº 9.656/1998	233.171.235	156.202.191
Outros	2.403.244	2.189.274
Total	244.563.701	167.747.948



A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médico Hospitalares - Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2018 e 2017 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido - Carteira de Planos Individuais / Familiares antes da Lei nº 9.656/1998.

Exercício de 2018

	<u>Consulta Médica</u>	<u>Exames</u>	<u>Terapias</u>	<u>Internações</u>	<u>Outros Atendimentos</u>	<u>Total</u>
Rede própria	1.597.960	386.207	195.735	692.078	1.189.329	4.061.309
Rede contratada	31.576	42.693	2.237	304.846	6.690	388.042
Total	1.629.536	428.900	197.972	996.924	1.196.019	4.449.351

Exercício de 2017

	<u>Consulta Médica</u>	<u>Exames</u>	<u>Terapias</u>	<u>Internações</u>	<u>Outros Atendimentos</u>	<u>Total</u>
Rede própria	1.302.071	419.964	85.884	1.353.337	847.330	4.008.586
Rede contratada	39.980	69.311	4.471	118.281	20.130	252.173
Total	1.342.051	480.275	90.355	1.471.618	867.460	4.260.759

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – Planos coletivos empresariais antes da Lei nº 9.656/1998.

Exercício de 2018

	<u>Consulta Médica</u>	<u>Exames</u>	<u>Terapias</u>	<u>Internações</u>	<u>Outros Atendimentos</u>	<u>Total</u>
Rede própria	109.316	193.728	32.769	2.254.788	1.162.063	3.752.664
Rede contratada	67.581	206.908	14.280	322.995	151.444	763.208
Reembolso	8.958	7.000	1.040	3.235	3.766	23.999
Total	185.855	407.636	48.089	2.581.018	1.317.273	4.539.871

Exercício de 2017

	<u>Consulta Médica</u>	<u>Exames</u>	<u>Terapias</u>	<u>Internações</u>	<u>Outros Atendimentos</u>	<u>Total</u>
Rede própria	154.613	331.758	39.172	1.695.237	1.361.932	3.582.712
Rede contratada	97.531	255.621	14.628	983.287	150.826	1.501.893
Reembolso	2.890	1.560	415	5.963	291	11.119
Total	255.034	588.939	54.215	2.684.487	1.513.049	5.095.724

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – planos coletivos empresariais após a Lei nº 9.656/1998.

Exercício de 2018

	<u>Consulta Médica</u>	<u>Exames</u>	<u>Terapias</u>	<u>Internações</u>	<u>Outros Atendimentos</u>	<u>Total</u>
Rede própria	13.424.070	23.197.830	2.381.330	71.847.016	34.875.613	145.725.859
Rede contratada	6.943.073	17.712.638	1.881.925	45.079.562	14.518.449	86.135.647
Reembolso	398.064	311.689	180.279	106.345	313.352	1.309.729
Total	20.765.207	41.222.157	4.443.534	117.032.923	49.707.414	233.171.235

Exercício de 2017

	<u>Consulta Médica</u>	<u>Exames</u>	<u>Terapias</u>	<u>Internações</u>	<u>Outros Atendimentos</u>	<u>Total</u>
Rede própria	11.530.579	21.798.927	1.972.863	41.421.048	23.583.816	100.307.233
Rede contratada	5.082.882	13.252.745	1.023.098	26.231.835	9.585.658	55.176.218
Reembolso	231.396	179.205	162.270	58.191	87.678	718.740
Total	16.844.857	35.230.877	3.158.231	67.711.074	33.257.152	156.202.191

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal...	10.189.022	9.336.857
Serviços de terceiros (1)...	16.721.931	12.444.830
Localização e funcionamento (2)...	1.454.894	1.825.720
Depreciação e Amortização...	1.040.565	1.023.646
Propaganda e Publicidade...	953.228	106.900
Tributos (3)...	1.578.093	1.299.887
Outras...	2.706.545	1.322.427
Total	34.644.278	27.360.267

(1) Serviços advocatícios e de consultoria, entre outros.

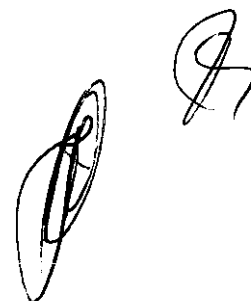
(2) Utilização e manutenção das instalações da Companhia, como luz, água, serviços de manutenção, segurança, etc.

(3) Impostos e contribuições, exceto aqueles diretamente calculados sobre o faturamento.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados com base no resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal vigente.

	31/12/2018	
	IRPJ	CSLL
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	2.043.072	2.043.072
(+) Adições à base de cálculo		
Brindes	34.947	34.497
Doações	23.470	23.470
Amortização de ágio	63.454	63.454
Ajuste de leasing	10.671	10.671
Outras adições (gratificações)	97.081	97.081
(-) Exclusões a base de cálculo		
Equivalência patrimonial	(1.333.017)	(1.333.017)
(=) Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	939.678	939.678
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	-	-
(=) Lucro real após a compensação de prejuízos fiscais	939.678	939.678
Alíquota oficial do tributo	15%	9%
Adicional	10%	-
(-) Incentivo fiscal – PAT	(5.638)	
(=) Tributo apurado	205.281	84.571



	31/12/2017	
	IRPJ	CSLL
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	948.643	948.643
(+) Adições à base de cálculo		
Brindes	13.984	13.984
Doações	21.960	21.960
Amortização de ágio	380.725	380.725
(-) Exclusões a base de cálculo		
Equivalência patrimonial	(88.771)	(88.771)
(=) Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	1.276.541	1.276.541
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	(600.000)	(600.000)
(=) Lucro real após a compensação de prejuízos fiscais	676.541	676.541
Alíquota oficial do tributo	15%	9%
Adicional	10%	-
(-) Incentivo fiscal – PAT	(4.059)	-
(=) Tributo apurado	141.076	60.889

19. IRPJ e CSLL - diferido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia aderiu ao PERT – Programa especial de regularização tributária, utilizando o saldo de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL para amortizar parcialmente os débitos parcelados.

Por esta razão, apurou créditos de IRPJ e CSLL nos montantes de R\$ 1.591.227 e R\$ 572.842, respectivamente.

20. RESULTADO DO EXERCÍCIO E DESTINAÇÕES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 1.753.220 (em 2017, R\$ 2.910.747). A Companhia destinou R\$ 89.513 para constituição de reserva legal e R\$ 1.700.749 para constituição de reserva de retenção de lucro.

No exercício de 2017, a Companhia destinou R\$ 1.471.901 para absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, R\$ 73.095 para constituição de reserva legal e R\$ 1.402.097 para constituição de reserva de retenção de lucro.

21. POLÍTICAS DE SEGUROS

A Companhia adota política de manutenção de seguros dos seus bens em níveis adequados para os riscos envolvidos e não mantém seguro de responsabilidade civil.




22. CONTINGÊNCIAS

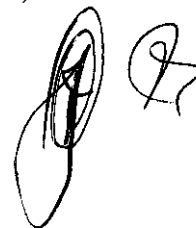
Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados contabilmente, com o objetivo de administrar a disponibilidade de suas operações e suprir as necessidades de caixa.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos, ou outros instrumentos especulativos nos exercícios de 2018 e 2017.

Handwritten signature and initials in black ink, located to the right of the asterisks.